



**LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA EPP**  
Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 - Pinheirinho  
CEP 81.150-060 - Curitiba/PR  
CNPJ 13.545.473/0001-16 I.E 81.150-060  
FONE: (41) 3076-7209/7210/7211  
e mail: [lukauto@hotmail.com](mailto:lukauto@hotmail.com)

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DESTA,  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE/RN;  
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2025.**

A **Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda Epp.** com sede na cidade de **Curitiba - PR**, à **Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 - Pinheirinho – CEP 81.150-060**, inscrição no **CNPJ/MF sob nº 13.545.473/0001-16**, **Fone/Fax: (41) 3076-7209/7210/7211**, e-mail: [lukauto@hotmail.com](mailto:lukauto@hotmail.com), por intermédio de seu representante legal o **Sr. Kaue Muniz do Amaral**, portador da **Carteira de Identidade nº 10.117.444-1** e do **CPF nº 074.127.859-66**, vem à presença de V. Exa., para, com fundamento no Artigo 41, §2º, da Lei nº. 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** diante das razões de fato e de direito adiante explicitadas.

**DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Preliminarmente, é de se assinalar que a presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que a data marcada para a sessão de **abertura da licitação é 30/01/2025**, e **hoje é dia 20/01/2025**, portanto antes da data de abertura das propostas, consoante o disposto no Artigo 164 da Lei nº. 14.133/2024, como segue:

**DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO**

Nossa empresa interpõe **IMPUGNAÇÃO** ao **Pregão Eletrônico**, visto que existem cláusulas em seu conteúdo que vem a isentar empresas idôneas na sua participação.

O questionamento vem ser direcionado a menção da exigência de **“ABRAFATI”**, presente no termo de referência deste edital.

A exigência de Produtos com ABRAFATI vem alegar de uma exigência que acaba por criar uma descrição obscura e subjetiva dos produtos a serem licitados e, consequentemente, uma impropriedade da identificação do objeto da licitação. Referida especificação acaba deixando o julgamento a critério dos membros da Comissão de Licitação, o que é subjetivo e pode conduzir o direcionamento do



**LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PECAS LTDA EPP**  
Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 – Pinheirinho  
CEP 81.150-060 – Curitiba/PR  
CNPJ 13.545.473/0001-16 I.E 81.150-060  
FONE: (41) 3076-7209/7210/7211  
e mail: [lukauto@hotmail.com](mailto:lukauto@hotmail.com)

certame e, por conseguinte, a uma decisão arbitrária. O Princípio da Impessoalidade, consagrado na Lei 14.133/2021, encontra-se intimamente ligado aos Princípios da Isonomia e do Julgamento Objetivo, e reforça o estabelecimento de critérios objetivos a serem analisados no momento da escolha pela contratação mais favorável à Administração Pública. Significa, então, que todas as decisões a serem tomadas pela Administração Pública em um procedimento licitatório, desde a fase inicial até o encerramento do certame, devem ser pautadas na imparcialidade, neutralidade e objetividade do julgador.

A ausência de definição de parâmetros objetivos para identificação do que vem a ser um produto de “1ª linha” e/ou “boa qualidade” contraria a Lei nº 14.133/2021, contaminando, consequentemente, o edital por vício de ilegalidade.


Em momento, como base de estudos, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, atuou em caso semelhante, aonde utilizamos a mesma como jurisprudência para análise:

*“Também esta Corte de Contas tem decidido no sentido de ser restritiva a exigência de que os produtos ofertados sejam de ‘1ª linha’, conforme voto do Conselheiro em exercício Gilberto Diniz, exarado na Denúncia nº 812398, sessão do dia 28/09/2010:*

*“Cumpre, também, observar que a elaboração do termo de referência, com a especificação do objeto de forma concisa, clara e precisa, como estabelecido pelo inciso II do art. 3º da Lei nº 10.520/02, é muito mais eficaz para garantir a boa qualidade do produto a ser adquirido do que a inclusão de aspectos desprovidos de especificidade como ‘primeira linha’ e ‘boa qualidade’.”*

*“Desta forma, constata-se que a regra contida no item 9.7 compromete a clareza do texto e em nada contribui para a eficácia do procedimento, devendo, assim, ser excluída do instrumento convocatório.”*

*A existência de vício no procedimento ora focado, com a inclusão de itens com condições que poderiam direcionar o certame, impedindo a participação de maior número de licitantes, em desacordo com o disposto nos artigos 3º e 45 da Lei de Licitações, compromete a legalidade, o que justifica, desta forma, a adoção de medida acautelatória de suspensão do certame. (Relator: Conselheiro Mauri Torres).*



**LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PECAS LTDA EPP**  
Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 – Pinheirinho  
CEP 81.150-060 – Curitiba/PR  
CNPJ 13.545.473/0001-16 I.E 81.150-060  
FONE: (41) 3076-7209/7210/7211  
e mail: [lukauto@hotmail.com](mailto:lukauto@hotmail.com)

Fica fácil o entendimento, da frustração na competitividade no certame com a existência da exigência de produtos com ABRAFATI, o direcionamento para Marcas que vem diminuir o número de participantes na competição, sendo que sua atuação basicamente será para valores consideráveis para a Administração Pública.

Qualquer apreciação nas alegações comprova a irregularidade dentre os termos editalícios, além do mais, **visão de certo afunilamento de empresas com a seleção de marcas que vem apreciar um processo “Particular” com disputa fraca e propostas “Pobres” de descontos.**

### **DO PEDIDO**


Face ao acima exposto, em respeito aos princípios constitucionais da isonomia e economicidade bem como à legislação complementar já referida, pede que Vossa Senhoria se digne rever os Atos deste Órgão, como possibilita a Lei, e, por justiça:

a) Seja “DEFERIDA” nossa solicitação dentro das alegações apresentadas acima, com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes;

### **CONCLUSÃO**

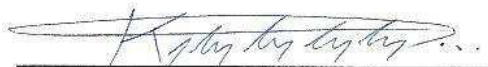
Pelo exposto, espera a empresa impugnante. O acolhimento e provimento da presente impugnação, a fim de que se corrijam os vícios detectados no Edital, fazendo-se valer então os princípios acima expostos e, na forma da lei, proceder aos procedimentos necessários à redesignação da data do certame.

Termos no quais, pede deferimento.



**LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA EPP**  
Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 - Pinheirinho  
CEP 81.150-060 - Curitiba/PR  
CNPJ 13.545.473/0001-16 I.E 81.150-060  
FONE: (41) 3076-7209/7210/7211  
e mail: [lukauto@hotmail.com](mailto:lukauto@hotmail.com)

Curitiba, 20 de Janeiro de 2025.



**KAUE MUNIZ DO AMARAL**  
**PROPRIETARIO**  
RG: 10.117.444-1  
CPF: 074.127.859-66

13.545.473/0  
LUKAUTO COMÉRCIO  
PNEUMÁTICOS E PEÇAS  
RUA MAL FLORIANO PERDOTO  
BOQUEIRÃO - CEP 81.876-4  
CURITIBA-PR

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**

**JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90003/2025  
Proc. SEI: 10807/2024

Trata-se de julgamento ao pedido de impugnação interposto pela Empresa **LUKAUTO**, contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, a qual foi juntada abaixo.

**1. Da admissibilidade**

O art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, assim dispõe:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

Entendo como tempestiva a impugnação, posto que a abertura do certame está marcada para o dia 31/01/2025 e a peça impugnatória nos foi enviada, via e-mail, em 20/01/2025.

**2. Fatos alegados e solicitações da empresa licitante**

Em apertada síntese a Empresa impugnante alega que a exigência de produtos com ABRAFATI cria “descrição obscura e subjetiva dos produtos a serem licitados e, conseqüentemente, uma impropriedade da identificação do objeto da licitação”, trazendo “frustração na competitividade no certame”, causando redução no “número de participantes na competição”.

**3. Informação do setor técnico**

**INFORMAÇÃO** nº 001/2025 - SEMAN

Processo SEI nº 10807/2024

Assunto: Impugnação referente ao PE 90003/2025

*1. Refere-se a impugnação ao PE em epígrafe, interposta pela empresa LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA, concernente à exigência de produtos com cadastro na ABRAFATI.*

*2. Inicialmente cabe esclarecer que a ABRAFATI é a Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas, que tem como objetivo promover a melhoria da qualidade das tintas no Brasil, e tem atuação no Comitê Brasileiro de Tintas da ABNT (Associação*

Brasileira de Normas Técnicas), o CB-164, contribuindo com a elaboração de normas técnicas que promovem a qualidade, inovação e competitividade.

3.A referida Associação efetua testes de qualidade (Rendimento, Cobertura, Secagem e Lavabilidade) e emite a classificação das tintas apresentadas. Ora, para os órgãos públicos que buscam, por meio da Licitação, assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração (art. 11, da Lei nº 14.133/2021), obter bens de qualidade comprovada e já testados por organizações técnicas idôneas, já é grande vantagem.

4.Passamos às nossas considerações diante das alegações suscitadas:

1.“exigência que acaba por criar uma descrição obscura e subjetiva dos produtos a serem licitados”

1.Na descrição dos itens de tinta, o Termo de Referência especifica características objetivas de rendimento, além de atendimento às normas da ABNT. Ora, atender aos requisitos da ABNT não foi considerado descrição obscura e subjetiva, mas exigir que o material tenha passado por testes prévios e recebido classificação por associação dos fabricantes, que atestam as características do produto conforme normas da própria ABNT, foi considerado obscuro.

2.Cabe lembrar que, em inúmeros casos, são requisitadas amostras para a administração avaliar a qualidade de produtos em licitação, e isso não tem sido considerado obscuro e subjetivo.

3.Além do mais, a escolha pela administração não dependeria exclusivamente dessa classificação, mas ela daria à administração mais segurança de adquirir um produto já testado e classificado adequadamente.

2.“frustração na competitividade no certame com a existência da exigência de produtos com ABRAFATI”

1.De fato, a partir do momento em que se exige que o produto tenha passado previamente pela classificação de um Programa Setorial de Qualidade, corre-se o risco de algum produto que atenda às exigências da administração, mas que não foi ainda submetido ao referido Programa, fique de fora, comprometendo a competitividade.

2.Assim, em que pese o fato de a ABRAFATI já ter razoável número de fabricantes com produtos classificados, devemos admitir que a exigência de tal classificação mitiga a ampla concorrência e, por isso, sugerimos ajustar as especificações no sentido de retirar tal exigência.

3.Dessa forma, o procedimento poderá seguir sem os itens relacionados a tintas que exijam essa especificação, inserindo-os em licitação posterior, ou alterar o Termo de Referência e republicar o Edital.

#### 4. Do Pedido

Requeru a impugnante que:

*Seja "DEFERIDO" nossa solicitação de prorrogação de prazo da entrega da mercadoria, com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes.*

Solicita ainda que a impugnação seja acolhida e provida decorrendo correção dos vícios apontados e redesignação da data do certame.

#### 5. Conclusão

Da análise dos argumentos trazidos e da análise realizada pelo setor técnico, entendo que assiste PARCIAL razão à impugnante visto que a vinculação exclusiva do objeto licitado à ABRAFATI traria limitações à competitividade, isonomia dentre outros princípios norteadores do processo licitatório.

Por outro lado, não nos parece razoável suspender todos os demais itens da licitação em apreço visto que tão somente alguns têm a previsão da ABRAFATI.

Em sendo assim, entendo como mais razoável a suspensão/anulação tão somente dos itens que contem essa previsão da ABRAFATI, quais sejam, **os itens 12, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 49, 53, 54, 55 e 56**, sendo essa operação realizada no **julgamento das propostas**, momento no qual somente esses itens serão anulados.

#### 6. Decisão do Pregoeiro

**Por todo o exposto, recebo, conheço e julgo parcialmente procedente a impugnação em comento visto que entendo como razoável a suspensão/anulação tão somente dos itens que contem essa previsão da ABRAFATI, quais sejam, **os itens 12, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 49, 53, 54, 55 e 56**, nos termos retro mencionados.**

Natal, 23/01/2025.

Manoel Nazareno Fernandes Filho  
Pregoeiro